

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

O Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de **R\$ 15.689**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a Instituição** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, os limites operacionais da Instituição, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da
INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião com ressalva

Saldos iniciais

Conforme determinado pela NBC TA 510 (R1), somos responsáveis pelos saldos iniciais apresentados comparativamente às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Saldos iniciais incluem assuntos que precisam ser divulgados e que existiam no início do período, tais como contingências e compromissos. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram auditadas por outros auditores independentes.

Até a data de emissão de nosso relatório não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre se os saldos iniciais referentes à conta de Depósitos de Terceiros contêm distorções que afetam de forma relevante as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Tal impossibilidade de se obter evidência de auditoria apropriada e suficiente foi devido à limitação imposta pela administração e não foi possível realizar procedimentos alternativos que possibilitassem determinar se seriam necessários ajustes nas demonstrações financeiras. Consequentemente não foi possível concluir sobre os possíveis efeitos de distorções não detectadas na respectiva conta, se houver, poderiam ser relevantes e generalizadas.

GBS-259/25

Audit | Tax | Consulting

Urbach Hacker Young International Limited is the administrative entity of the international UHY network of independent accounting and consulting firms. The UHY network is a member of the Forum of Firms.

Urbach Hacker Young International Ltd. Registered office: Quadrant House, 4 Thomas More Square, London E1W 1YW. Registered in England 3692575

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas em Operações de Arranjo de Pagamento

Porque é um PAA

A receita da instituição origina-se de operações de arranjo de pagamento. O reconhecimento da receita envolve contratos com múltiplos elementos e riscos inerentes. Isso requer um elevado nível de julgamento profissional para assegurar que os registros estejam de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. Tendo em vista que receita é um dos principais indicadores de desempenho de uma Instituição financeira e é cuidadosamente observada por seus *stakeholders*, consideramos essa uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos, avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles internos chaves adotados pela instituição, identificando os riscos associados ao reconhecimento das receitas e avaliando a materialidade dessas transações para as demonstrações financeiras. Com base em amostragem, avaliamos a documentação relacionada àquelas operações para verificar a precisão dos termos e condições que afetam o reconhecimento de receitas. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das receitas de prestação de serviços auferidas no respectivo exercício, e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior comparativo

As demonstrações financeiras da INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram examinadas por nós ou por outros auditores independentes.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 02 de junho de 2025.

UHY BENDORAYTES & Cia
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8



GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC RJ 091330/O-5

Assinado de forma digital por GEYSA
BENDORAYTES E SILVA:07625210740
Dados: 2025.06.02 11:56:21 -03'00'

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 37.511.258/0001-62

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

ATIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		232.905	82.147
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5	38.125	8.606
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		192.085	73.015
Aplicação interfinanceira de Liquidez	5 e 6	11.003	73.015
Títulos e valores mobiliários	6	181.082	-
OUTROS ATIVOS		2.695	526
Outros créditos - Diversos	7	2.695	482
Despesas antecipadas	7	-	44
NÃO CIRCULANTE		508	1.889
OUTROS ATIVOS		-	1.196
Outros créditos - Diversos		-	1.196
IMOBILIZADO DE USO	8	43	46
Outras imobilizações de uso		65	56
(Depreciações acumuladas)		(22)	(10)
INTANGÍVEL	9	465	647
Ativos Intangíveis		911	911
(Amortização acumulada)		(446)	(264)
TOTAL DO ATIVO		233.413	84.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 37.511.258/0001-62

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		217.718	80.896
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		217.291	80.629
Depósitos	10	202.638	80.629
Relações interfinanceiras		14.653	-
OUTROS PASSIVOS		427	267
Fiscais e previdenciárias		259	37
Diversas		168	230
NÃO CIRCULANTE		-	-
PROVISÕES		-	-
Diversas - Passivos contingentes		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.695	3.140
Capital:	11	2.000	2.000
De Domiciliados no país		2.000	2.000
Reservas de lucros		13.695	1.140
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.413	84.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 37.511.258/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	NE	2º-SEM-24	2024	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.359	34.846	7.630
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12	18.359	34.846	7.630
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.359	34.846	7.630
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(6.574)	(11.100)	(3.390)
Receitas de prestação de serviços	13	919	1.181	561
Despesas de pessoal	14	(607)	(962)	(481)
Outras despesas administrativas	15	(5.602)	(8.950)	(3.104)
Despesas tributárias	16	(952)	(1.756)	(421)
Outras receitas operacionais		-	-	96
Outras despesas operacionais	17	(332)	(613)	(41)
RESULTADO OPERACIONAL		11.785	23.746	4.240
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	19	-	-	2.700
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		11.785	23.746	6.940
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18	(3.910)	(8.057)	(2.322)
Provisão para imposto de renda		(2.872)	(5.918)	(1.701)
Provisão para contribuição Social		(1.038)	(2.139)	(621)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		7.875	15.689	4.618
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		-	-	-
LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		7.875	15.689	4.618
Nº de ações		2.000.000	2.000.000	2.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		3,94	7,84	2,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 37.511.258/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.875	15.689	4.618
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	7.875	15.689	4.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 37.511.258/0001-62

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

Semestre de 01/07/24 a 31/12/24					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/24	2.000	231	909	4.680	7.820
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	-	-	-	7.875	7.875
Destinações:	-	169	12.386	(12.555)	-
Reserva Legal/Estatutária	-	169	-	(169)	-
Reserva especial de lucros	-	-	12.386	(12.386)	-
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/24	2.000	400	13.295	-	15.695
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	169	12.386	(4.680)	7.875
Exercício de 01/01/24 a 31/12/24					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/24	2.000	231	909	-	3.140
Dividendos intermediários	-	-	-	(3.134)	(3.134)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.689	15.689
Destinações:	-	169	12.386	(12.555)	-
Reserva Legal/Estatutária	-	169	-	(169)	-
Reserva especial de lucros	-	-	12.386	(12.386)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/24	2.000	400	13.295	-	15.695
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	169	12.386	-	12.555
Exercício de 01/01/23 a 31/12/23					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	2.000	-	151	-	2.151
Dividendos intermediários	-	-	-	(3.630)	(3.630)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.618	4.618
Destinações:	-	231	757	(988)	-
Reserva Legal/Estatutária	-	231	-	(231)	-
Reserva especial de lucros	-	-	757	(757)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	2.000	231	908	-	3.140
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	231	757	-	988

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

CNPJ(MF) 37.511.258/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	31/12/24	31/12/23
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	7.875	15.689	4.618
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	146	194	134
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	-	-	28
Provisão de impostos no resultado	3.910	8.057	-
	11.931	23.940	4.780
<i>Varição de Ativos e Obrigações</i>	(147.484)	(53.290)	80.911
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	77.042	(181.082)	-
(Aumento) redução de outros ativos	281	(973)	95.311
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(215.217)	136.662	-
Aumento (redução) em obrigações fiscais diferidas	-	-	(269)
Aumento (redução) em outros passivos	(8.113)	(5.475)	(14.131)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.477)	(2.422)	-
	(135.553)	(29.350)	85.691
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(135.553)	(29.350)	85.691
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>			
Imobilizado de uso	(9)	(9)	(495)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(9)	(9)	(495)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>			
Dividendos/Lucros pagos	-	(3.134)	(3.630)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(3.134)	(3.630)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(135.562)	(32.493)	81.567
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	184.690	81.621	54
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	49.128	49.128	81.621

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

INOVANTI INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS S.A. (“Instituição”), é uma instituição privada, regulamentada no CNPJ/MF 37.511.258/0001-62, constituída em junho de 2020, com sede na Cidade de São Paulo e tem como objeto social principal a atuação como instituição de pagamento, podendo realizar, como atividade principal, toda e qualquer transação de pagamento, abrangendo o ato de pagar, de aportar, de transferir ou de sacar recursos, de gerir conta de pagamento e de emitir instrumento de pagamento, independentemente de quaisquer obrigações subjacentes entre o pagador (pessoa natural ou jurídica que autoriza a transação de pagamento) e o recebedor (pessoa natural ou jurídica que é o destinatário final dos recursos de uma transação de pagamento).

A Instituição atua como instituição de arranjos de pagamentos, onde o usuário possui uma conta digital, pré-paga e permite fazer transferências entre usuários e empresas.

A Instituição tem por objeto social outras atividades de serviços financeiros não especificadas.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 02 de 12/08/20, emitida pelo Banco Central do Brasil, sendo assim, o Balanço Patrimonial ao final do período corrente deve ser comparado com o Balanço Patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior; e as demais demonstrações devem ser comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

A Administração da Instituição declara de forma explícita e sem reservas, que as Demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN – Conselho Monetário Nacional e do BCB – Banco Central do Brasil, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras e sua divulgação a terceiros, inclusive a Auditoria Externa, foi dada pela Diretoria do Inovanti Instituição de Pagamentos S.A. em 13 de fevereiro de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Instituição é o Real (R\$), e as demonstrações financeiras estão apresentadas em valores expressos em milhares de Reais.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Inovanti Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2024, a Instituição classifica os títulos próprios na categoria descrita no item (iii) e não possuía instrumento financeiro derivativo. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13.

c) Ativos e passivos circulantes

Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas.

d) Imobilizado de uso e intangível

O imobilizado de uso está contabilizado ao custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária, sendo de 20% a.a. para "Sistema de Processamento de Dados", e de 10% a.a. para as demais contas. O Intangível está representado por "Software", sendo amortizado à alíquota de 20% a.a.

e) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Instituição tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As contingências são reconhecidas em conformidade com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

f) Apuração de resultado

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

g) Resultado recorrente e não recorrente

A Instituição considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Instituição. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão sendo apresentados na nota 18.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

h) Impostos de renda, contribuição social, pis e cofins

- **Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

- **Pis e Cofins**

As despesas com Pis e Cofins são calculados sobre as receitas sendo as alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente para as receitas de faturamento e outras receitas operacionais; e, de 0,65% e 4% respectivamente para as receitas financeiras.

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Interfinanceiras

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/24	31/12/23
Depósitos bancários a vista	38.125	8.606
Relações interfinanceiras (a)	11.003	73.015
Total	49.128	81.621

(a) Trata-se de aplicações em operações compromissadas (e está classificado em aplicação interfinanceira de liquidez), Letras Financeiras do Tesouro – LFT, no montante de R\$ 11.003, vinculadas ao Safra.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

6. Títulos e valores mobiliários

	Quantidade	Vencimentos	31/12/2024		31/12/23	
			Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado
Aplicação interfinanceira de liquidez						
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	4.149	01/09/2025	11.297	11.003	-	-
Total de aplicação interfinanceira de liquidez			11.297	11.003	-	-
Outros títulos						
CR Título 21G0864354		02/01/2024	-	-	5.003	5.003
CR Título 19E0311712		02/01/2024	-	-	65.000	65.000
JQTB11		02/01/2024	-	-	3.012	3.012
			-	-	73.015	73.015
Títulos para negociação						
Títulos públicos						
Letras do Tesouro Nacional – LTN	164.612	01/01/2026	159.472	159.712	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.351	01/04/2025	21.358	21.370	-	-
Total de títulos para negociação			180.830	181.082	73.015	73.015

7. Outros Créditos

Cientes a Receber	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante		
Outros créditos – Diversos	2.695	482
Despesas antecipadas	-	44
Total	2.695	526

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Imobilizado de uso

			31/12/24	31/12/23
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	26	(7)	19	24
Computadores e periféricos	39	(15)	24	22
Total	65	(22)	43	46

Movimentação do imobilizado de uso

	31/12/23	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/24
Máquinas, aparelhos e equipamentos	24	-	-	(5)	19
Computadores e periféricos	22	8	-	(6)	24
Total	46	8	-	(11)	43

9. Intangível

			31/12/24	31/12/23
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Sistemas de processamento de dados	911	(446)	465	647
Total	911	(446)	465	647

Movimentação do intangível

	31/12/23	Adições	Baixas	Amortização	31/12/24
Sistemas de processamento de dados	647	-	-	(182)	465
Total	647	-	-	(182)	465

10. Depósitos

	31/12/24	31/12/23
Instrumentos Financeiros		
Obrigações com terceiros – saldos livres	202.638	80.629
Total	202.638	80.629

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Capital Social

O capital social é de R\$ 2.000 (dois milhões de Reais), totalmente subscrito, dividido e distribuído em 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, cada uma no valor de R\$ 1,00 (um Real):

Acionistas	Ações	%	Valor em Ações
Fabio Voytena	800.000	40%	800
Voytena Capital Holding S/A	1.200.000	60%	1.200
	2.000.000	100%	2.000

12. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	2ºSem/24	31/12/24	31/12/23
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.370	19.504	-
Rendas de Títulos de Renda Fixa	251	251	-
Rendas de Títulos para negociação	11.738	15.091	7.630
Total	18.359	34.846	7.630

13. Receitas de prestação de serviços

Receitas de prestação de serviços	2ºSem/24	31/12/24	31/12/23
Rendas por serviço de pagamento	919	1.181	561
Total	919	1.181	561

14. Despesas de pessoal

Despesas de pessoal	2ºSem/24	31/12/24	31/12/23
Despesas de Honorários	-	(39)	-
Despesas de Pessoal - Benefícios	(283)	(349)	(125)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(73)	(127)	(63)
Despesas de Pessoal - Proventos	(251)	(447)	(235)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	-	(58)
Total	(607)	(962)	(481)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Outras despesas administrativas

Outras despesas administrativas	2ºSem/24	31/12/24	31/12/23
Despesas de Aluguéis	(33)	(63)	(22)
Despesas de Comunicações	(4)	(17)	(23)
Despesas de Material	-	(1)	(2)
Despesas de Seguros	-	(55)	(74)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(82)	(189)	(51)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(4.827)	(7.780)	(2.530)
Outras Despesas Administrativas	(510)	(651)	(268)
Despesas de Amortização	(137)	(182)	-
Despesas de Depreciação	(9)	(12)	(134)
Total	(5.602)	(8.950)	(3.104)

16. Despesas tributárias

Despesas tributárias	2ºSem/24	31/12/24	31/12/23
Despesas Tributárias	(1)	(6)	(9)
Despesas de Imp. Serv. Q. Natureza - I.S.S.	(25)	(32)	(4)
Despesas de Contr. ao Cofins	(794)	(1.474)	(349)
Despesas de Contr. ao PIS	(132)	(244)	(59)
Total	(952)	(1.756)	(421)

17. Outras despesas operacionais

Outras despesas operacionais	2ºSem/24	31/12/24	31/12/23
Outras despesas operacionais	(332)	(613)	(41)
Total	(332)	(613)	(41)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda (“IR”) e contribuição social (“CS”) é a seguinte:

	31/12/24	31/12/23
Apuração de IR/CS		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	11.785	6.940
Adições (exclusões)	-	43
Despesas não dedutíveis	-	(80)
Despesas/(reversão) de provisões de liquidação duvidosa	-	-
Despesas/(apropriação) de gastos com ativos diferidos	-	-
Lucro real	11.785	6.903
Encargos à alíquota de 15% de IR + 10% de Adicional	(2.872)	(1.701)
Encargos de 9% de CS	(1.038)	(621)
Total das despesas de IR e CS	(3.910)	(2.322)

19. Resultado não operacional

Não foram registrados resultados não operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 2.700 se refere a Ganhos de Capital Imobilizado.

20. Contingências

A Administração não tem conhecimento de demandas judiciais ou extrajudiciais em face da Instituição.

21. Prevenção à lavagem de dinheiro

Em cumprimento à legislação específica e às melhores práticas para sua gestão eficiente, são feitas revisões periódicas e extraordinárias em todos os setores, em especial, no Cadastro; esses procedimentos e medidas ocorrem em consonância uníssona com a gestão de riscos e controles internos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Gerenciamento de Riscos

Conforme Resolução nº 4.557/2017, informamos que a Instituição dispõe de estrutura de gerenciamento de risco operacional, capaz de identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados a suas atividades. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos.

23. Gerenciamento de estrutura de capital

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Banco Central do Brasil, a instituição, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

a) Gestão de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilações de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da empresa. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Instituição está apta a avaliar e monitorar os riscos associados, garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua Carteira, conforme determina a Resolução CMN 4.557/2017 do Banco Central do Brasil.

b) Gestão de Risco de liquidez

O risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

c) Gestão de Riscos Operacionais

A Inovanti Instituição possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Inovanti Instituição adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável.

24. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Informamos que a Instituição contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Instituição não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e a data de encerramento destas demonstrações.

FÁBIO VOYTENA
Presidente

IGNIS CONTÁBIL LTDA.
MARIO IVAN DOS SANTOS
Contador CRC 1SP 176.011/O-3